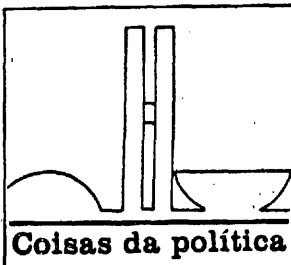


Sarney reclama apoio

OS deputados da chamada "esquerda independente" do PMDB que almoçaram com o Presidente José Sarney deixaram o Palácio do Jaburu de posse de um dos mais bem guardados segredos da República — a estratégia do Governo para a renegociação da dívida. O compromisso com o sigilo, assumido solenemente por eles junto ao Presidente, os impediu de avançar em qualquer inconfidência a respeito. Dois dos deputados limitaram-se, à noite, a admitir que a estratégia é menos avançada do que eles desejavam, mas capaz de atrair o apoio da sociedade. De reunir a nação em torno do Presidente Sarney, caso ele seja obrigado a adotar uma postura de endurecimento que alcançaria, naturalmente, larga repercussão internacional.



Coisas da política

O Presidente, durante o encontro, preferiu ouvir a falar — mas o que disse impressionou os deputados pela firmeza com que soou. Por mais de uma vez, o Sr Sarney repetiu que não negociará a soberania do País nos acordos que fizer com o Fundo Monetário Internacional e com os banqueiros. Fez questão de sublinhar que não tem, quanto ao FMI, compromisso de natureza alguma, embora o País não suporte nem deseje a tomada de posições imaturas, resultantes da emoção ou do improviso. Alertou seus convidados sobre o risco de desestabilização que corre o Governo, prisioneiro de uma pesada herança. "Nós que estávamos no Congresso não sabíamos o caos que está aí", confessou a certa altura da conversa. Para arrematar de imediato: "Mas eu tenho um certo gosto pela administração pública."

Queixou-se o Presidente das dificuldades que enfrenta para articular o conjunto de forças políticas que podem e que não estão dando suficiente respaldo para seu governo. "A verdade é que ninguém defende o Governo", reclamou o Sr Sarney. Que desceu, em seguida, a exemplos concretos. Citou o caso do Programa de Reforma Agrária, proposto pelo Ministro Nelson Ribeiro, e que esbarra em sólida oposição dentro do Congresso e junto a entidades que representam os interesses dos proprietários de terras. "Eu fiquei, praticamente, sozinho na defesa do programa. Mas posso lhes garantir que não recuarei da idéia", prometeu o Presidente. Apontou a solução que deu para o reajuste das prestações do BNH como a melhor entre as possíveis.

A sobremesa, o Presidente da República serviu a sua renovada proposta de um pacto nacional, indispensável, segundo ele, para seu próprio fortalecimento na ocasião próxima de sentar, de fato, à mesa para negociar com os nossos credores externos. A reação dos deputados à proposta foi de uma incredulidade respeitosa. O Deputado Chico Pinto, por exemplo, perguntou em que o Governo estava disposto a transigir para realizar o pacto, se já cedera de graça, sem muito esforço, um alentado elenco de coisas que poderiam ter sido negociadas com a sociedade, e não oferecidas, pura e simplesmente. De resto, como observou o Deputado João Hermann Neto, "os ganhos políticos do Governo são inversamente proporcionais aos seus feitos políticos".

Procedeu-se, então, ao rol das concessões produzidas sem que o Governo tivesse em nada ou em muito pouco se beneficiado delas. Listou-se a eliminação dos

decretos-secretos, a anistia para os sindicalistas, o restabelecimento do voto direto para as eleições de prefeitos das capitais e de Presidente da República, o fim da censura política e o disciplinamento da censura às diversões públicas, o voto do analfabeto e a legalização dos partidos comunistas. Antes, já se falara da reforma agrária e da nova lei de greve, oferecida pelo Ministro Almir Pazzianotto. Um dos deputados comentou, então, que quem recebe benefícios do Governo deve se sentir comprometido com ele.

O nome do Vice-Governador Orestes Quércia, de São Paulo, frequentou a conversa de raspão. Foi lembrado que ele exigiu, e obteve, o controle sobre o preenchimento de cargos na Companhia Telefônica do seu Estado e, mesmo assim, não se sentiu nem um pouco constringido em invadir, anteontem, o Palácio do Planalto, na companhia de centenas de prefeitos que exigiam, asperamente, uma reforma tributária de emergência. Concordaram os comensais do Jaburu que está faltando mediação política entre o Governo e a sociedade. A aflição do Presidente amplia-se quando suas ordens, conforme ele mesmo confessou, emperam em uma máquina administrativa defeituosa, cheia de vícios.

O colóquio do Jaburu terminou sem que o Presidente da República, de forma direta, tenha cobrado dos deputados a adesão ao seu governo. Os convidados, por sua vez, nada pediram e nada prometeram. O Sr Sarney ficou de estudar o documento que recebeu com sugestões de política econômica e algumas de política social. Um novo encontro ocorrerá em data a ser marcada e o time de circunstâncias deverá ser renovado. Os desdobramentos da reunião de parte da esquerda do PMDB com o Presidente da República estão, com certeza, estreitamente ligados ao desenvolvimento do processo político. Multifacetada, a esquerda que se abriga no maior partido político do País sofre os efeitos da transição do autoritarismo para a democracia.

O Partido Comunista Brasileiro, em fase de abandono da legenda que o socorreu por mais de 20 anos, vive o delírio da legalização. O Partido Comunista do Brasil, sem ter-se decidido ainda a largar o colo generoso do PMDB, busca seu próprio caminho e procura definir sua postura diante do regime em elaboração. Os que preferem o rótulo de "esquerda independente" fraccionam-se e divergem quanto ao rumo a seguir. Pode, a esquerda de todos os matizes, fornecer um apoio eventual ao Governo Sarney, mais consistente, se a renegociação da dívida empurrar o Presidente para uma posição claramente dura face ao FMI e aos banqueiros. Fora disso, seu destino é o de resgatar o discurso oposicionista e assomar, com ele, aos palanques da Constituinte.

O destino do Governo Sarney é tão incerto quanto incerta é a solução da crise brasileira. O Presidente parece aguardar a passagem do momento agudo da renegociação da dívida para começar a deslançar os seus projetos e para imprimir sua marca pessoal. Até lá, continuará conversando à direita e à esquerda, sondando expectativas e recolhendo informações. Se for bem-sucedido junto aos credores, deverá se ocupar, de maneira mais desinibida, em consolidar uma base de apoio ao seu governo, dentro e fora do Congresso. Se não for feliz, dificilmente verá realizado seu desejo de habitar o Palácio do Planalto durante quatro anos.

RICARDO NOBLAT

Editor Regional do JORNAL DO BRASIL em Brasília